

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Bruno Katz

**A concentração do setor bancário brasileiro nos últimos 20 anos e uma análise
de eficiência das quatro principais instituições do setor**

Porto Alegre

2016

Bruno Katz

A concentração do setor bancário brasileiro nos últimos 20 anos e uma análise de eficiência das quatro principais instituições do setor

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Porto Alegre

2016

Bruno Katz

A concentração do setor bancário brasileiro nos últimos 20 anos e uma análise de eficiência das quatro principais instituições do setor

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Aprovado em: Porto Alegre, 29 de Junho de 2016

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Antônio Ernani Martins Lima
UFRGS

Prof. Dr. Júlio César de Oliveira
UFRGS

RESUMO

O trabalho se propõe a analisar a trajetória da concentração no mercado bancário brasileiro durante 20 anos, no período de 1995 (após a implementação do plano Real) até 2014. Em um primeiro momento se faz uma análise dos estudos nacionais e internacionais sobre o tema, exibindo as conclusões obtidas em cada estudo. Analisam-se quais são as vantagens e desvantagens de um setor bancário concentrado, e se apresentam dois modelos de explicação para que esta tendência de concentração ocorra — paradigma Estrutura-Condução-Desempenho e Hipótese da Estrutura Eficiente. São apresentados os índices de concentração C_4 , C_{10} e Herfindahl Hirschman para o total de ativos e depósitos, calculados para os últimos vinte anos para todos os bancos comerciais do país (Conglomerado Bancário I), em que se percebe uma clara tendência de concentração durante todo o período. É feita uma análise de eficiência das quatro principais instituições do setor, em que fica claro que as mesmas apresentaram aumento da eficiência. Entretanto, a concentração derivada desta eficiência está permitindo um abuso do poder de mercado, evidenciado pelo aumento elevado e contínuo da arrecadação com taxas bancárias a partir do ano de 2008, quando o mercado se torna rapidamente mais concentrado a partir das fusões dos bancos Itaú e Unibanco e dos bancos Santander e Real.

Palavras-chave: Setor financeiro. Bancos. Concentração. Poder de Mercado.

ABSTRACT

The study aims to analyze the concentration trajectory in the Brazilian banking market in 20 years, from 1995 (after the implementation of the real plan) until 2014. At first it is conducted an analysis of national and international studies on the subject, displaying the conclusions reached in each study. The advantages and disadvantages of a concentrated banking sector are analyzed and two explanation models for the occurrence of this concentration are presented – Structure-Conduct-Performance Paradigm and the Efficient Structure Performance Hypothesis. The C_4 and C_{10} concentration indexes and the Herfindahl Hirschman Index are presented for the total assets and deposits, calculated for the last twenty years to all commercial banks in the country (Banking Conglomerate I), from which a clear concentration trend is perceived throughout the period. An efficiency analysis of the four major institutions from the sector is made, in which stays clear that they have increased their efficiency. However, the concentration due to this efficiency is allowing an abuse of market power, as evidenced by the high and continuous increase in bank revenues from the year 2008, when the market becomes more concentrated from the merging of the Itaú and Unibanco banks and Santanter and Real banks.

Key words: Financial sector. Banks. Concentration. Market power.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução dos índices de concentração dos ativos do setor bancário brasileiro, de 1995 a 2014	25
Gráfico 2 - Evolução dos índices de concentração dos depósitos do setor bancário brasileiro, de 1995 a 2014	26
Gráfico 3 - Evolução dos índices de concentração IHH dos ativos e depósitos do setor bancário brasileiro, de 1995 a 2014	27
Gráfico 4 - Evolução das receitas com tarifas bancárias por instituição	35

Lista de Quadros

Quadro 1 – Principais Argumentos da elevação da concorrência bancária	15
Quadro 2 - Definição do grau de concentração, conforme a Horizontal Merger Guidelines (até 2010)	21
Quadro 3 - Definição do grau de concentração, conforme o CADE e o Horizontal Merger Guidelines (2016).....	21

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Grau de concentração Ck e IHH do setor bancário brasileiro, de 1995 a 2014	24
Tabela 2 – Evolução do número de instituições do Consolidado Bancário I	27
Tabela 3 – Evolução do número de agências das quatro principais instituições do setor	30
Tabela 4 – Evolução do número de funcionários	30
Tabela 5 – Relação entre a quantidade de funcionários e o total de agências bancárias	31
Tabela 6 – Relação entre depósitos totais e o número de agências bancárias por instituição	32
Tabela 7 – Relação entre depósitos totais e o número de funcionários por instituição	32
Tabela 8 – Relação entre receitas de prestação de serviços e o número de agências bancárias	33
Tabela 9 – Relação entre receitas de prestação de serviços e o número funcionários	34
Tabela 10 – Relação entre rendas de tarifas bancárias e o número de agências	34
Tabela 11 – Receitas com tarifas bancárias por instituição	35
Tabela 12 – Relação entre renda de tarifas bancárias por funcionário	36
Tabela 13 – Evolução das tarifas de TED e DOC segundo a sua natureza	37
Tabela 14 – Relação entre rendas de tarifas bancárias e depósitos totais	38

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 Estudos sobre o grau de concentração da indústria bancária no Brasil	11
2.2 Aspectos positivos e negativos da concentração	13
2.3 Concentração e Competitividade	16
3. METODOLOGIA	19
3.1 Grau de concentração e competição	19
3.2 (Da natureza) dos dados utilizados	23
4. ANÁLISE DE DADOS	25
4.1 Grau de concentração no setor bancário brasileiro	25
4.2 Indicadores de eficiência das quatro principais instituições do setor	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6. REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

Após inúmeras instabilidades monetárias e econômicas ocorridas no Brasil na metade final do século XX, o Plano Real (1994) e a política macroeconômica introduzida por ele trouxeram uma estabilidade da moeda brasileira há muito tempo não vista. Contudo, esta estabilidade ocasionou a falência de inúmeras instituições bancárias, visto que a “convivência com o processo inflacionário permitiu que ganhos proporcionados pelos passivos não remunerados [...] compensassem ineficiências administrativas e [...] concessões de crédito de liquidação duvidosa”. A citação é do próprio Banco Central, justificando a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Já o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), de 1996, também tinha como objetivo trazer maior estabilidade para o setor e para a economia através da venda das instituições bancárias públicas, consideradas ineficientes, endividadas e frequentemente utilizadas como ferramenta de financiamento dos estados brasileiros.

Desta forma, o principal objetivo destes programas era fortalecer o Sistema Financeiro Nacional (SFN) como um todo, garantindo portanto a poupança e os investimentos da população. A forma que o PROER e o PROES encontraram para atingir o seu objetivo foi estimular as compras e fusões de pequenas firmas provadas e a venda dos bancos públicos, diminuindo o número total de instituições e exigindo maior transparência. A partir da instituição destes programas, o aumento da concentração do SFN transformou-se em um campo de estudo bastante discutido, bem como o acompanhamento da rentabilidade e lucratividade aferida pelas instituições dos setor.

É relativo consenso que, para manter o sistema financeiro saudável — e assim garantir segurança para os depositantes e tomadores brasileiros — é necessário garantir certa rentabilidade para as instituições. Entretanto, o que se questiona é se a cobrança de altas taxas de juros e de *spread*, além das taxas e tarifas bancárias, não estariam sendo excessivas no contexto brasileiro. Enquanto as principais instituições bancárias do país defendem que a alta taxa de juros e

serviços cobrados decorrem de certos aspectos intrínsecos do panorama econômico brasileiro (como as taxas de inadimplência, os altos impostos e os custos técnicos e administrativos necessários para garantir atendimento adequado em um país tão grande como o Brasil), outros autores defendem que o mercado financeiro nacional apresenta clara tendência de concentração, e que a falta de concorrência seria o principal fator para que os serviços bancários tivessem valores tão elevados.

Desta forma, este estudo tem como objetivo trazer novos dados para esta discussão a partir de uma análise empírica do setor financeiro brasileiro durante os últimos vinte anos, desde a implementação do Plano Real (1994) e dos programas PROER (1995) e PROES (1996) até os dias de hoje. Além disso, tem como objetivo analisar e discutir a eficiência das quatro principais instituições do setor, assim como a existência de indícios de abuso de poder de mercado por estas firmas. Para medir a evolução da concentração do setor serão usados os ativos e os depósitos totais, obtidos através de uma compilação do Banco Central dos balanços contábeis anuais de todas as instituições financeiras do setor.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo apresenta e analisa os principais estudos efetuados nos últimos anos sobre o setor bancário brasileiro. Contextualiza também sobre a situação atual do setor no país, assim como o recente contexto histórico. Por último, analisa as vantagens e desvantagens da concentração do mercado e apresenta os dois principais modelos para interpretar estes resultados.

2.1 Estudos sobre o grau de concentração da indústria bancária no Brasil

Nos últimos 25 anos o sistema financeiro mundial vem transformando-se devido à internacionalização de capitais e à constante busca de novos mercados, ocasionada principalmente pelas vantagens tecnológicas (principalmente nos setores de informação e telecomunicação) incorporadas no período. No contexto brasileiro este movimento foi ainda mais intenso a partir da década de 1990, especialmente pela estabilização monetária e uma clara política pública de abertura dos mercados internos, que atingiu fortemente a indústria bancária nacional.

O trecho abaixo cita algumas medidas que o governo brasileiro adotou face à instabilidade do setor bancário da época:

Nesse novo ambiente [estabilização de preços e Plano Real], diante da apreensão quanto à saúde financeira do sistema, a autoridade monetária adotou mecanismos para fortalecer o mesmo, tais como a instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, (PROEF), e do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), a ampliação do poder de intervenção do Banco Central e em destaque, a redução das restrições à entrada dos bancos estrangeiros para aumentar a competição e eficiência do sistema doméstico. (RIBARCZYK; OLIVEIRA, 2013, p.5).

Estas medidas foram consideradas muito eficientes para enfrentar o novo ambiente da década de 1990, assim como garantiram o reconhecimento internacional do sistema bancário brasileiro como sendo sólido e com potencial de crescimento (RIBARCZYK; OLIVEIRA, 2013). Entretanto, se por um momento houve um claro benefício para o país com a adoção destas medidas (visto que, com o acréscimo de confiança na economia, os indivíduos e empresas se sentiram mais

seguros para fazer investimentos e empréstimos), no médio prazo elas também podem ter trazido resultados negativos para a sociedade.

Há certo consenso entre os pesquisadores de que o setor bancário brasileiro está concentrando-se de forma significativa nos últimos 20 anos (Moreira, 2003; Alencar, 2004). Esta conclusão também pode ser alcançada a partir de uma análise – mesmo que superficial – de dados que podem ser facilmente obtidos junto ao próprio Banco Central do Brasil, em seu site institucional, onde é disponibilizada uma lista com os 50 maiores bancos e instituições financeiras do país. O relatório apresenta uma série temporal com o total de ativos, depósitos à vista e o resultado líquido de cada instituição, e estes dados corroboram os trabalhos realizados neste sentido (BACEN, 2016).

Uma outra constatação interessante é que o setor bancário no país já está bastante concentrado: as dez maiores instituições do país possuíam, ao final do ano de 2011, aproximadamente 90% dos ativos e das operações de créditos totais do setor (BACEN, 2012a).

Nakane e Alencar (2004) também notaram que, de 1994 a 2003, o número de instituições do setor caiu 33%, envolvendo principalmente fusões e aquisições, além de privatizações de bancos estatais. Já Kupfer e Hasenclever (2002) perceberam que o setor bancário foi responsável por 18,3% do total de transações de fusões e aquisições (F&A) no país durante a década de 1990. A Teoria Neoclássica de Maximização de Lucros da Firma explica que a estratégia de F&A é bastante utilizada para aumentar a participação nos mercados – e alavancar seus ganhos de escala. Esta mesma teoria explicaria então porque os bancos nacionais optaram por esta estratégia, principalmente no período logo após a estabilização monetária advinda da aplicação do Plano Real (GOLDNER; ARAUJO, 2005).

Entretanto, segundo Goldner e Araujo (2005), as F&A ocorridas no país não permitiram nenhuma diferença significativa - ao menos no curto prazo - nas taxas de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) entre as instituições que optaram por esta estratégia. Estudos parecidos já haviam sido realizados por Focareli, Panetta e Salleo (2003), que estudaram o mercado italiano no período de 1985 a 1996 e obtiveram os mesmos resultados. Uma possibilidade apontada por Goldner e Araújo é que as fusões e aquisições ocorreram para que as principais empresas do setor garantissem a sua posição e evitassem novos entrantes no mercado (e em

especial para se proteger das investidas dos bancos de capital estrangeiro, que haviam adquirido várias instituições financeiras no Brasil a partir do ano de 1995 (PAULA; MARQUES, 2004)).

Desta forma, é possível simplificar em dois os principais objetivos pelos quais as maiores instituições do setor optem pela estratégia de F&A: aumentar sua participação no mercado, obtendo maiores ganhos de escala e poder de mercado (e assim maximizar os seus lucros); e/ou garantir a manutenção de sua participação relativa (ou posição) no mercado, evitando novos concorrentes e mantendo a mesma estrutura no setor. Independentemente de qual seja o principal motivo para a adoção desta estratégia, o resultado é o mesmo: a estrutura de concorrência monopolista (ARAÚJO; NETO; PONCE, 2006) se mantém.

2.2 Aspectos positivos e negativos da concentração

No Brasil há duas principais instituições responsáveis pela análise da concentração do setor bancário: o Banco Central do Brasil funciona como a autoridade reguladora do setor, definindo as regras e normas operacionais, requisitos mínimos das instituições que tenham o interesse em fazer parte do setor, além de fiscalizar o cumprimento das regras (BACEN, 2012b); já o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) funciona como entidade antitruste, sendo responsável por “analisar e posteriormente decidir sobre as fusões, aquisições de controle, incorporações e outros atos de concentração econômica entre grandes empresas que possam colocar em risco a livre concorrência”, conforme informado pela própria instituição em seu site institucional.

Entretanto, o principal problema para o CADE e o BACEN está na definição da estrutura ótima do setor, cuja resposta ainda está longe de ser um consenso. Se de um lado a concorrência perfeita é vista como uma condição *sine qua non* para um maior bem estar da sociedade, ao menos pelo ponto de vista da teoria econômica *mainstream*, por outro lado existem diversos autores que divergem quanto à necessidade de uma maior concorrência no setor.

There are very different views on the desirability of different banking structures in the economic literature. In the environment of asymmetric information between lenders and borrowers in which banks operate, there are trade-offs between competition and concentration. Competition ensures that costs are minimized and resources allocated efficiently [...]. However, it is generally agreed that banks need to

earn a rent to make evaluating and monitoring borrowers worthwhile. [...] [Also] some degree of market power guarantees bank's profitability and makes them less fragile in the face of shocks. The existence of large banks may however increase systemic risk and again be detrimental to financial stability. And non-competitive practices may result in excessively high prices and quantity rationing for customers. (BELAISCH, 2003, p. 20)

Uma considerável lista de autores defende um aumento da concorrência como algo positivo, pois incentivaria as firmas a buscar a eficiência com o intuito de manter sua posição no mercado e seus lucros. Um outro ponto de atenção em um setor concentrado seria a existência de firmas “*too big to fail*”, que se aproveitando da certeza de ter total suporte das entidades públicas caso tenha qualquer dificuldade grave no futuro, são “incentivadas” a se arriscar mais em suas operações e aumentar os seus riscos, o que poderia refletir em uma grande crise sistêmica. Allen e Gale (2003), Boyd e De Nicolo (2002) e Perotti e Suarez (2003) são estudos que acreditam ser benéfico um aumento da concorrência no setor bancário.

Entretanto, em um mercado de alta competição as firmas seriam incentivadas a aumentar a sua oferta de crédito, e desta forma agentes considerados “maus pagadores” também teriam acesso a mais e maiores empréstimos, logo aumentando as taxas de inadimplência (o que poderia ocasionar o aumento do próprio custo do crédito). Além disso, pequenas instituições correm mais riscos de falência em momentos de crise, e considerando que a natureza do setor bancário é baseada na confiança dos depositantes em suas instituições, a existência de muitas firmas pequenas fechando acarretaria em “corridas aos bancos” mais frequentes. Com um sistema mais instável e incerto, o bem-estar de toda a sociedade poderia ser comprometido. Assim, Matutes e Vives (2000) defendem que uma menor competição no setor bancário resulta em um aumento da estabilidade do sistema como um todo, pois os lucros maiores dos bancos funcionariam como garantia ao setor e desestimulariam as operações de crédito de alto risco. Estes argumentos foram resumidos no quadro 1:

Quadro 1 – Principais Argumentos da elevação da concorrência bancária

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Incentivo à eficiência para superar a concorrência.	Reduz a existência de economias de escala.
Limita a existência de bancos “too big to fail”.	Adoção de estratégias agressivas que elevariam os riscos de inadimplência e os riscos sistêmicos.

Fonte: Ribarczyk e Oliveira (2013, p. 11).

Vale ainda destacar que, se por um lado a internacionalização do setor na década de 1990 e a forte concentração ocorrida na década seguinte trouxeram uma consolidação e segurança do setor bancário sem precedentes, a ineficiência do setor se manteve (atestada pelas taxas de *spread* bancário ainda muito elevadas). Belaisch (2003) e Nakane (2001) concluíram em seus trabalhos que o setor bancário no país pode ser considerado uma estrutura imperfeita de mercado, pois ao mesmo tempo que está longe da concorrência perfeita (a não ser em regiões e momentos muito específicos), também não se observam práticas de cartel entre as instituições. Belaisch (2003) ainda afirma em sua publicação que o setor bancário brasileiro se aproxima de uma estrutura de oligopólio, em que há pouca concorrência e elevado poder de mercado. Em outro trecho, o autor explica algumas das consequências de uma estrutura de mercado como esta:

Another reason why intermediation may be relatively low and inefficient is the presence of a non-competitive market structure. If banks behave like local monopolies or oligopolies, incentives to improve efficiency would normally be weak, and the interest rate spread – the differential between the interest paid by banks on deposits and that received on loans – would be large, discouraging higher deposit and lending volumes. (BELAISCH, 2003, p. 12)

Desta maneira, a já elevada - e crescente - concentração do setor bancário brasileiro ajudaria a explicar o porquê das margens de *spread* bancário serem mais altas quando comparadas às aplicadas pelas principais instituições bancárias dos países da América Latina, por exemplo, ou extremamente mais altas do que as encontradas nos países europeus, no Japão e nos Estados Unidos.

2.3 Concentração e Competitividade

Uma diferenciação importante que precisa ser feita é de que, apesar de os conceitos de concentração e [não] competitividade às vezes se confundirem, eles não necessariamente se referem a mesma grandeza: enquanto que o grau de concentração é uma variável objetiva de fácil mensuração, ele analisa apenas como estão distribuídos os resultados e os ativos entre as empresas de um específico setor econômico; já a competitividade é uma variável muito mais subjetiva, pois representa a capacidade dos agentes de disputarem entre si os recursos disponíveis para este mercado, e desta forma está bastante atrelada a conceitos como eficiência e produtividade. Entretanto, é compreensível o motivo desses conceitos serem utilizados com frequência como “substitutos”: a lógica econômica faz presumir que um mercado mais concentrado significa um poder de mercado maior para os principais *players* (como no caso de uma empresa na situação de monopólio, onde não há concorrência e a firma vira *price-maker*) e, da mesma forma, um mercado com concorrência perfeita é necessariamente competitivo. Portanto, a lógica indutiva leva a concluir que se há concentração econômica, há necessariamente menos competição.

Neto, Araújo e Ponce (2006), a partir de análises empíricas no mercado de bancos brasileiro, encontraram resultados que corroboram esta lógica.

A relação (...) indicou a existência de uma relação **negativa e significativa** entre a concentração e competição no sistema bancário brasileiro, ou seja, a maior concentração implica em menor competição no mercado. [Grifos meus] (NETO; ARAÚJO; PONCE, 2006, p. 12)

Igualmente, a maioria dos trabalhos que tentam analisar o setor bancário através de uma ótica da economia industrial utiliza como base teórica em seus trabalhos de análise empírica a validade do paradigma da Estrutura-Condução-Desempenho (ECD) (BIKKER; HAAF, 2002). Este modelo tenta encontrar uma relação entre preço e grau de concentração, atestando que uma maior concentração em determinado mercado eleva o poder de mercado dos principais agentes. Este mesmo método já foi aplicado muitas vezes na análise do setor bancário, procurando normalmente encontrar uma relação entre o aumento do grau de concentração e da lucratividade (ou ainda do *spread* bancário).

Esta linha de pesquisa iniciou-se com os trabalhos de Bain (1951), Fuchs (1961) e Weiss (1963), dentre outros, sobre a relação entre lucratividade e grau de concentração. Os primeiros resultados apontaram para uma relação positiva entre estas variáveis, reforçando o argumento de que um maior grau de concentração de mercado facilitaria a colusão de empresas, diminuindo a competição via preços (hipótese do poder de mercado). (TONNOKA; KOYAMA, 2003, p. 6)

Todavia, há diversos trabalhos com resultados diferentes para estes dois conceitos. Dantas, Medeiros e Paulo (2011) concluem que o setor bancário brasileiro, apesar de moderadamente concentrado (segundo o índice de concentração IHH), possui competitividade considerável e, analisando com o resultado de outros testes, concluem que a concentração não necessariamente significa (e não se traduz em) maiores rentabilidades.

Tonooka e Koyama (2003) seguem a linha das pesquisas realizadas por Demsetz (1973) e Peltzman (1977), “que trouxeram uma nova explicação para a relação positiva entre lucratividade e grau de concentração (p.6)”. Segundo estes autores, “diferenças nas estruturas de custo das empresas seriam as responsáveis pelas diferenças na lucratividade (p.6)”. Ou seja, os ganhos de escala das empresas mais eficientes resultariam em produções maiores e explicariam os lucros “acima do normal”, e posteriormente a concentração do mercado. Este argumento ficou denominado como Hipótese de Estrutura Eficiência (HEE), e tem como efeito o oposto do paradigma ECD. Enquanto este modelo defende que a concentração do setor causa danos ao bem-estar dos consumidores ao permitir que os principais *players* do setor abusem de seu poder de mercado, podendo ser assim ineficientes e causar prejuízos através de práticas anticompetitivas, aquele modelo explica que é exatamente devido à eficiência das principais empresas do setor que se explica a menor concorrência, e que esta maior concentração permite a oferta de preços menores devido aos ganhos de escala. Ou seja, as empresas maiores vão lucrar mais porque são maiores (e por isso possuem ganhos maiores de escala que seus concorrentes menores), e não porque concentram (e abusam do seu poder de) mercado. Por último, conforme as conclusões de alguns trabalhos já citados, uma maior participação no mercado não significa necessariamente um maior poder sobre o mercado.

Vale a pena destacar que, apesar dos dois modelos serem tão diferentes, não há ainda consenso sobre qual modelo interpreta melhor a realidade. Este consenso ainda não foi alcançado porque existem inúmeros trabalhos, inclusive

alguns deles já citados aqui, que apresentam análises robustas e significativas, mas resultados de certa maneira contraditórios. A elucidação do porquê isto ocorre não caberá a este trabalho, mas poderia ser explicado porque, apesar de utilizarem a mesma fonte para os seus dados (normalmente os relatórios e séries temporais publicados pelo Banco Central), as variáveis que são utilizadas na modelagem (taxa básica de juros, *spread* bancário, variação do dólar, lucro, etc), bem como o tempo de análise (12 meses, 3 anos, 15 anos, etc), são bastante diferentes.

É a falta de *benchmarks* claros e definitivos de como as pesquisas sobre a concentração do setor bancário deveriam ser feitas que causa resultados tão diversos. Da mesma forma, entende-se que não é prioridade neste trabalho definir qual seria o modelo correto. Por conseguinte, o próximo capítulo pretende apenas analisar quais os reflexos que a elevação da concentração do setor bancário nos últimos anos no Brasil gerou para os seus usuários, e assim tentar adicionar alguns pontos de reflexão que auxiliem uma observação mais clara da realidade.

3. METODOLOGIA

3.1 Grau de concentração e competição

O nível de concentração e competitividade da indústria bancária brasileira será calculado a partir de análises empíricas dos dados contábeis e financeiros consolidados do setor. Para calcular os índices de concentração de qualquer indústria é necessário escolher quais são as categorias de dados que serão utilizadas. Especificamente para o setor bancário, as variáveis normalmente utilizadas são os ativos totais (descontados os valores de transações interbancárias) e os depósitos totais. Esses dados permitem avaliar o tamanho dos bancos (ativos) e a quantidade de recursos disponíveis (depósitos) para os bancos efetuarem os empréstimos (MELLO, 2011).

Para avaliar a evolução da concentração do setor a partir destas variáveis serão utilizados os índices de razão de concentração C_k e do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH). Estes índices serão calculados a partir dos dados contábeis e financeiros de todas as instituições do setor pertencentes ao Conglomerado Bancário I, no intervalo de 1995 a 2014.

O índice de razão concentração é calculado conforme a fórmula abaixo:

$$C_k = \frac{\sum_{i=1}^k w_i}{\sum_1^n w_i}$$

sendo k o número de firmas que fazem parte do cálculo, n igual ao número total de empresas no mercado (variando de 144 a 96, dependendo de cada ano) e w_i = participação da i -ésima firma no mercado.

Desta forma, o índice de concentração C_k mede a proporção representada por um número k das maiores empresas de uma indústria em relação ao total (MEIRELES; SANCHES; DE SORDI, 2012). O intervalo desta razão pode variar entre zero e um, sendo um valor próximo de zero indicativo de um mercado pouco concentrado (concorrência perfeita), enquanto que um valor próximo de um representaria um mercado altamente concentrado (ou monopólio). O índice C_k possui como vantagem ser facilmente calculado e por isso utilizado de forma frequente na literatura (o que permite comparações entre diferentes trabalhos).

Entretanto, por não considerar em seu cálculo a forma de distribuição dos outros participantes do mercado ($n-k$), os seus resultados são frequentemente criticados. Como no trabalho somente serão calculados os índices C_4 , e C_{10} , isso significa que somente a participação relativa das 4 e das 10 maiores empresas desta indústria serão consideradas a cada ano. Para Hart (1974) este pode ser um fator positivo porque o índice não será alterado por fusões e aquisições de pequenas instituições, que de qualquer forma não seriam representativas na mensuração dos índices de competitividade do setor, e que por isso podem ser desconsideradas.

O CADE lançou em 2016 um Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal em uma versão preliminar. Neste guia constam diversas formas de analisar a concentração de um mercado e quais são as diretrizes que o órgão utiliza para verificar a realidade de uma estrutura de mercado (e assim permitir ou não as fusões e aquisições de duas empresas no mesmo setor). Nesse guia, o CADE cita como exemplo de índice o CR_4 (ou C_4), que significa o "market share agregado das 4 maiores empresas do mercado", definindo que se o mesmo for igual ou superior a 75% deve-se analisar a possibilidade de "exercício abusivo de poder coordenado". Este é sem dúvida apenas um índice de referência, mas que funciona como balizador para observar se um nível de concentração é elevado ou não. Já o índice C_{10} não terá os seus valores comparados ou referenciados, sendo calculado apenas para servir como ferramenta complementar de análise do nível de concentração do setor.

Uma outra forma de medir a taxa de concentração de determinado setor é através do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH). A forma de cálculo deste índice pode ser vista abaixo (Rocha, 2001):

$$IHH = \sum_{i=1}^n \left(\frac{w_i}{W} \right)^2$$

onde w_i é a participação percentual no mercado W de cada empresa. O Índice de Herfindahl-Hirschman se diferencia do outro índice por considerar em seu cálculo todas as firmas, atribuindo peso maior para as relativamente maiores, mas sem desconsiderar o peso (e a distribuição) das menores instituições. O intervalo

deste índice varia entre $1/n$ e 1, ficando próximo de $1/n$ em mercados igualmente distribuídos e pendendo para um em mercados com estrutura próxima ao monopólio.

Uma outra vantagem deste índice é o reconhecimento dele junto às autoridades de regulação, e particularmente pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, através da *Horizontal Merger Guidelines*. Esta instituição utiliza o IHH como referência para a análise de decisões antitruste, e até 2010 a interpretação sobre a concentração era baseada nos intervalos citados no quadro 2.

Quadro 2 - Definição do grau de concentração, conforme a *Horizontal Merger Guidelines* (até 2010)

Resultado IHH	Grau de Concentração
Abaixo de 0,10	Indica mercado não concentrado.
Entre 0,10 e 0,18	Indica mercado com concentração moderada.
Acima de 0,18	Indica mercado altamente concentrado.

Fonte: U.S. Department of Justice and Federal Trade Commission (1992) [Traduzido pelo autor]

Em agosto de 2010 o *Horizontal Merger Guidelines* foi atualizado, e a interpretação do índice IHH foi modificada. O CADE (2016) utiliza este mesmo índice de concentração, e os valores para interpretação já estão atualizados seguindo o novo entendimento do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América. Os novos intervalos podem ser visto no quadro 3.

Quadro 3 - Definição do grau de concentração, conforme o CADE e o *Horizontal Merger Guidelines* (2016)

Resultado IHH	Grau de Concentração
Abaixo de 1500 pontos (0,15)	Indica mercados desconcentrados
Entre 1500 e 2500 pontos (0,15 a 0,25)	Indica mercados moderadamente concentrados.
Acima de 2500 pontos (0,25)	Indica mercados altamente concentrados.

Fonte: CADE - Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal (2016)

Os dois órgãos tem o entendimento de que variações de até 100 pontos (0,01) não geram efeitos significativos no mercado. Se o mercado for moderadamente concentrado e houver uma variação de mais de 100 pontos (0,01), então deve ser feita uma análise mais detalhada. Já se o mercado for altamente

concentrado e possuir variações superiores a 200 pontos (0,02), então este serve como indício de aumento de poder de mercado (salvo evidências significativas em sentido contrário).

3.2 Da natureza dos dados utilizados

Diversos dados serão apresentados e analisados no próximo capítulo. Entretanto, o modo de obtenção e recorte destes dados pode variar dependendo de cada pesquisa, e por isso é importante que fique claro como foi feita a apuração e o cálculo de cada variável, permitindo futuras conferências e trabalhos a partir deles.

A fonte da maioria dos valores utilizados no próximo capítulo é o próprio BACEN, em seu relatório intitulado “50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional”, que é atualizado anualmente com os balanços trimestrais e anuais de todas as instituições financeiras do país. Os dados utilizados no trabalho percorrem o período de 1995 a 2014 (ou 20 anos, da consolidação do Plano Real até os dias de hoje).

O número de instituições financeiras do país, no ano de 2014, totalizava 1565 instituições. Porém, a natureza delas é bastante diversificada, e por isso o próprio BACEN classifica as instituições em 5 consolidados (Consolidado Bancário I, II, III, IV e Não Bancário).

Todavia, é o Consolidado Bancário I o que mais nos interessa, pois apesar de representar menos de dez por cento do total de instituições do setor (96 instituições em 2014), possui mais de 80% do total de ativos e mais de 90% dos depósitos totais. Segundo o Banco Central do Brasil (2016), o Consolidado Bancário I é composto pelo Conglomerado Bancário I (“Conglomerado composto por pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial”) e por Instituições Bancárias Independentes (“Instituições financeiras dos tipos Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica que não integrem conglomerado”).

O Consolidado Bancário I só não é ainda mais representativo da conjuntura financeira nacional porque o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pertencente ao Consolidado Bancário IV (somatório das posições contábeis das Instituições financeiras dos tipos Banco de Desenvolvimento, que não integrem conglomerado), aumentou significativamente os seus ativos nos últimos anos. Entretanto, como a natureza e finalidade desta instituição é bastante diferente daquelas pertencentes ao Consolidado I, não faria sentido incluí-la na análise. Ao retirar os valores do BNDES do montante do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Consolidado I representa mais de 95% do total de

ativos e depósitos do sistema. Por este motivo, a análise apenas deste conjunto de instituições já será bastante significativa para entender a situação do setor bancário como um todo.

Outros dados que serão utilizados no decorrer do trabalho são: o número total de agências e funcionários por instituição, os ativos e os depósitos totais do Conglomerado Bancário I e as receitas com prestações de serviços e com rendas de tarifas bancárias, produzidas ou reunidas pelo próprio BACEN; dados de correção inflacionária utilizando o índice de IPCA-E (IBGE), calculadas a partir da “Calculadora do Cidadão”, ferramenta disponibilizada pelo BACEN em seu site; e dados sobre a inserção da tecnologia no setor bancário, utilizando os dados da “Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2015”, realizada pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 Grau de concentração no setor bancário brasileiro

O método utilizado para calcular os índices de concentração C_k e IHH já foi explicado no capítulo anterior. Os valores utilizados no cálculo foram os ativos totais (descontados os valores de intermediação financeira) e o depósitos totais (à vista, poupança, interfinanceiros, à prazo e outros depósitos). Os resultados do cálculo podem ser vistos na tabela 1:

Tabela 1 - Grau de concentração C_k e IHH do setor bancário brasileiro, de 1995 a 2014

	Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativos (1)	C4	0,52	0,51	0,50	0,54	0,52	0,52	0,49	0,54	0,57	0,54	0,53	0,54	0,52	0,64	0,66	0,67	0,67	0,68	0,69	0,68
	C10	0,71	0,71	0,69	0,71	0,70	0,74	0,73	0,77	0,80	0,80	0,80	0,82	0,80	0,87	0,89	0,88	0,89	0,88	0,89	0,89
Depósitos (2)	C4	0,60	0,59	0,57	0,61	0,63	0,62	0,60	0,62	0,62	0,59	0,58	0,59	0,59	0,69	0,71	0,71	0,73	0,75	0,76	0,76
	C10	0,78	0,78	0,76	0,78	0,78	0,81	0,82	0,85	0,86	0,87	0,88	0,87	0,86	0,92	0,91	0,90	0,90	0,90	0,91	0,92
HHI	Ativos	0,09	0,09	0,08	0,09	0,09	0,09	0,08	0,09	0,10	0,09	0,09	0,09	0,09	0,12	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13
	Depósitos	0,12	0,12	0,11	0,11	0,12	0,12	0,11	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,14	0,13	0,15	0,15	0,16	0,17	0,16

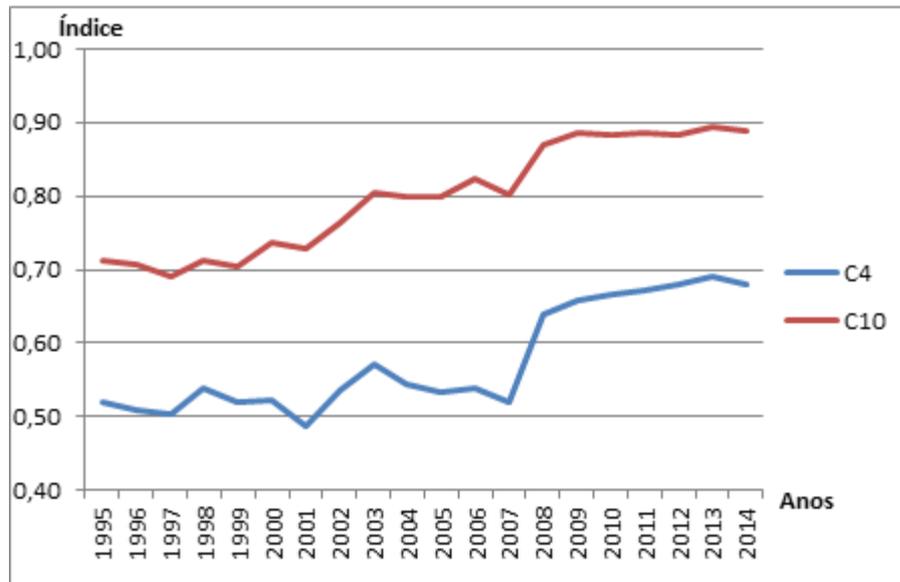
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Ativos Totais, descontados os valores de intermediação financeira.

(2) Depósitos totais.

É possível notar que houve claro aumento da concentração no setor bancário brasileiro durante o período analisado, conforme demonstra o significativo aumento encontrado em todos os índices calculados. Os gráficos abaixo auxiliam a observação desta tendência.

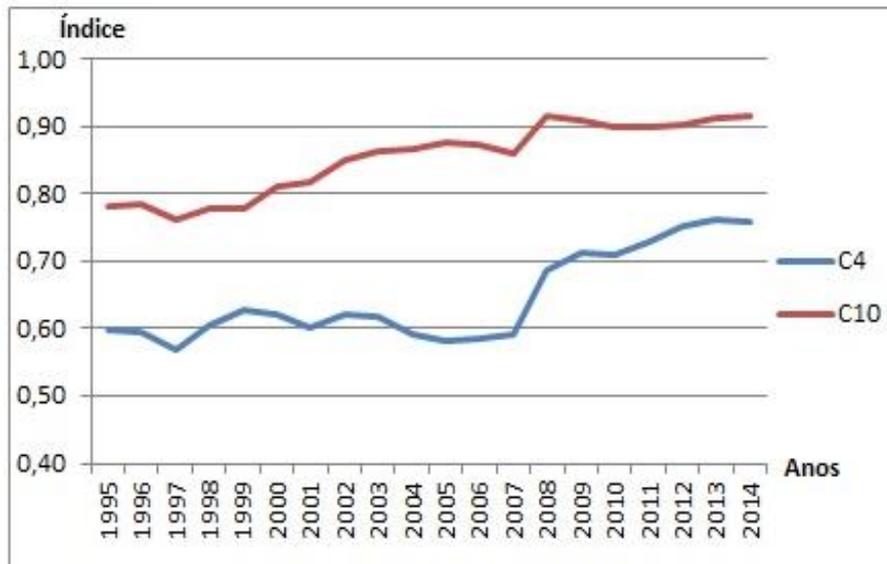
Gráfico 1 – Evolução dos índices de concentração dos ativos do setor bancário brasileiro, de 1995 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

Como é possível ver no gráfico 1, os ativos apresentam uma perceptível tendência de concentração, independentemente se analisamos as quatro ou as dez principais instituições. O índice C_4 apresenta um comportamento bem mais variável, e a tendência de concentração só fica mais clara a partir do ano de 2008, quando ocorreu a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco (2008) e entre Santander e Real (2007). Já o índice C_{10} é bem mais constante em sua trajetória crescente, não apresentando grandes saltos de um ano para o outro.

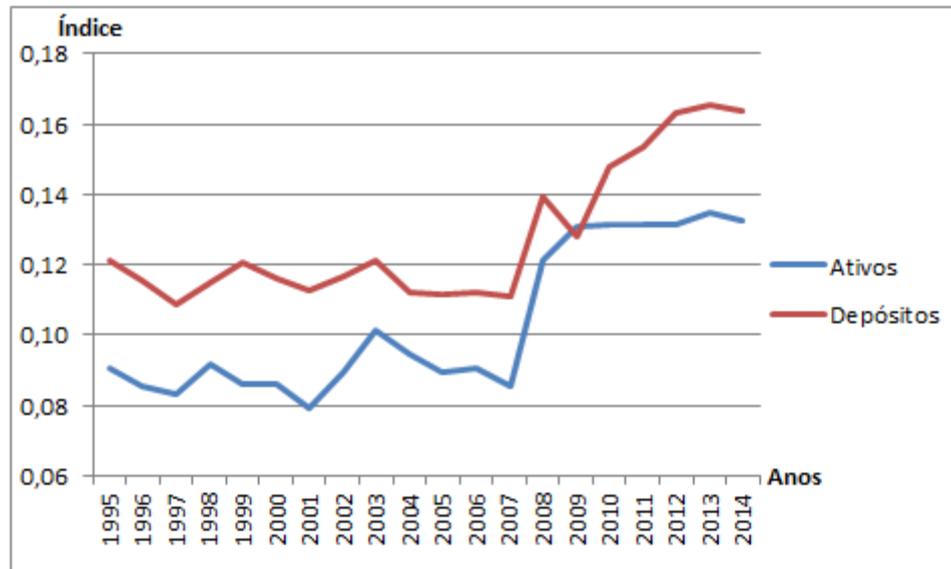
Gráfico 2 - Evolução dos índices de concentração dos depósitos do setor bancário brasileiro, de 1995 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

No gráfico 2, que analisa a concentração do total de depósitos do setor bancário, é facilmente observável uma clara tendência de crescimento da concentração. Como ocorreu com os ativos, o segmento formado pelas quatro principais instituições tem uma trajetória bastante variável até 2008, quando então apresenta uma clara trajetória crescente. Já o recorte das dez principais instituições apresenta um comportamento bem mais estável, ultrapassando noventa por cento do total dos depósitos ao final do período analisado.

Gráfico 3 - Evolução dos índices de concentração IHH dos ativos e depósitos do setor bancário brasileiro, de 1995 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

O comportamento do índice IHH é ainda mais instável, não apresentando nenhuma orientação clara até 2007, quando cresce substancialmente a partir das fusões dos bancos Santander e Real (2007) e Itaú e Unibanco (2008).

Este comportamento da concentração poderia ser explicado em parte pela contínua queda no número de instituições do SFN, e principalmente no número de instituições pertencentes ao Consolidado Bancário I. Estes dados podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2 – Evolução do número de instituições do Consolidado Bancário I

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Instituições ¹	144	145	140	128	124	122	121	111	110	108	104	104	101	101	100	101	101	99	96	96

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

No período de vinte anos, exatamente um terço (48) do total de instituições fecharam ou foram adquiridas no período, o que poderia explicar a concentração do setor. Entretanto, outros dois fatores são ainda mais significativos

para explicar o aumento na concentração: a fusão de grandes grupos e o crescimento orgânico do setor.

O total de ativos de todo o SFN em 1994 era de aproximadamente 598 bilhões de reais (BACEN, 2016). Ao selecionar apenas o Consolidado I (que na época possuía 144 instituições), o total de ativos era de quase 463 bilhões em valores nominais, o que representaria uma média de ativos de 3,215 bilhões por instituição. Já em 2014, apesar da redução para 96 instituições, o mesmo consolidado representava 6.249 bilhões de reais (média de 65 bilhões de reais por instituição), um aumento no total de ativos superior a 13 vezes. O mesmo comportamento ocorreu com os depósitos totais (de 226 para 1.858 bilhões de reais em 20 anos, um aumento de mais de oito vezes).

Ou seja, a concentração não pode ser simplesmente explicada pela diminuição das instituições do setor, mas deve-se considerar que os principais bancos cresceram - principalmente de forma orgânica - a taxas ainda maiores do que o próprio setor. O Banco do Brasil aumentou o seu total de ativos em valores nominais em quase 17 vezes nestes vinte anos, enquanto que o Bradesco, que também não passou por nenhuma grande fusão no período, obteve um aumento nominal de 35 vezes em seu total de ativos. Já o Banco Itaú Unibanco, quando comparado aos resultados individuais somados dos bancos Itaú e Unibanco em 1994, obteve um crescimento de quase 26 vezes.

O segundo motivo para o aumento da concentração se deve à fusão de grandes grupos do setor. Em 2007 foi anunciada a compra do Banco Real (do grupo ABN Amro) pelo Banco Santander, na época o quinto e o sétimo em número de ativos do país, e cuja transação só foi efetiva no ano seguinte. Já em 2008, a fusão dos Bancos Itaú e Unibanco (que em 2007 eram o segundo e o sexto em número de ativos) criou o maior banco do país, ultrapassando na época inclusive o Banco do Brasil em ativos totais.

É principalmente a fusão destes dois grandes grupos que explica a grande variação da concentração do setor vista nos gráficos 1, 2 e 3. Um outro ponto importante é que estas “grandes fusões” ocorreram entre as dez maiores instituições do setor, o que explica o porquê da variação do índice C_4 ter sido bem mais aguda do que aquela verificada no índice C_{10} .

Apesar da crescente concentração no setor bancário do país nos últimos vinte anos, isto não significa necessariamente que o mercado bancário brasileiro

pode ser considerado concentrado. Conforme apresentado no capítulo três, podemos comparar os resultados encontrados com os parâmetros já estabelecidos para definir qual o grau de concentração do setor.

Conforme o CADE (2016), se o índice C_4 for igual ou superior a 75% deve ser observado se não há o surgimento de "exercício abusivo de poder coordenado". Apesar do índice calculado para os ativos não ter atingido tal marca, foi verificada uma concentração de 76% do total de depósitos apenas entre as quatro principais instituições do setor no país. Esse resultado não apenas reforça que o setor pode ser considerado concentrado, como também, segundo o próprio CADE, pode resultar em exercício de abuso do poder de mercado.

Ao analisar os resultados calculados para o IHH, encontram-se resultados parecidos. Segundo a política do *Horizontal Merger Guidelines*, guia utilizado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (2010), o setor bancário brasileiro seria considerado moderadamente concentrado quando analisamos a concentração dos depósitos totais do setor. O entendimento do CADE é o mesmo, pois o índice calculado em relação aos depósitos totais ultrapassa os 1500 pontos (0,15), o que indicaria mercado moderadamente concentrado.

No próximo subcapítulo será analisado se esta concentração tem se refletido em um aumento do poder de mercado ou se é apenas um reflexo da maior eficiência das principais instituições bancárias do país.

4.2 Indicadores de eficiência das quatro principais instituições do setor

Conforme foi discutido no capítulo dois, a concentração observada pode ser explicada a partir de dois modelos: o paradigma ECD defende que esta concentração permitirá aos bancos se apropriarem de lucros maiores devido ao seu maior poder de mercado; já a HEE explica que as instituições que conseguem ser mais eficientes aumentarão sua relevância relativa no mercado, e quanto maior forem, mais eficientes serão devido aos seus ganhos de escala.

Dado este problema, será feita uma análise simples de alguns indicadores a fim de verificar se, como explica a HEE, esta eficiência existe e se é observável. Estes índices serão calculados e analisados apenas entre as quatro principais instituições do setor porque, conforme a própria hipótese, a eficiência ocorre a partir

de ganhos de escala, que só podem ser obtidos por firmas consideradas grandes. Além disso, como o mercado se apresenta bastante concentrado, uma análise de eficiência sobre todo o setor seria alterada pela eficiência destas principais instituições, um clássico problema de variável endógena dependente.

Os primeiros dados que serão analisados podem ser observados na tabela 3:

Tabela 3 – Evolução do número de agências das quatro principais instituições do setor

Ano		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014/1995
Nº de agências por instituição	CEF	2.316	2.105	1.803	1.819	1.919	1.921	2.013	2.147	2.046	2.135	2.321	2.428	2.052	2.069	2.085	2.209	2.300	2.868	3.289	3.391	146%
	BB	3.171	3.081	3.073	2.820	2.840	2.909	3.069	3.165	3.296	3.783	4.008	4.048	4.081	4.390	4.952	5.088	5.201	5.363	5.451	5.524	174%
	Itaú	1.022	1.043	1.217	1.670	1.672	2.032	2.028	2.235	2.258	2.205	2.315	2.534	2.593	3.718	4.555	3.767	3.849	3.878	3.924	3.885	380%
	Bradesco	1.856	1.895	1.959	2.214	2.437	2.589	2.617	2.962	3.060	3.011	2.927	3.018	3.172	3.370	3.462	3.636	4.643	4.695	4.684	4.665	251%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

Como observável, todos os bancos apresentaram crescimento no número de agências. Como a última coluna da tabela mostra, os bancos públicos tiveram um crescimento menor, aumentando o número de agências em aproximadamente cinquenta por cento (50%). Já os bancos privados aumentaram consideravelmente o seu número de agências espalhadas por todo o país. O banco Itaú teve o maior crescimento, novamente devido a fusão com o banco Unibanco em 2008. Entretanto, o Banco do Brasil continua o banco com o maior número de agências no país, posição mantida durante todo o período.

Na tabela 4 tem-se outros dados interessantes de ser analisados:

Tabela 4 – Evolução do número de funcionários

Ano		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013/1995
Nº de funcionários por instituição	CEF	99.866	99.343	96.300	94.859	94.194	104.253	98.971	106.548	100.498	100.164	106.729	104.934	106.770	103.895	106.989	120.985	110.242	117.184	126.098	126%
	BB	115.540	99.189	88.827	83.264	81.680	90.468	90.002	92.958	97.258	106.061	108.808	107.101	108.318	107.532	122.246	126.426	131.299	130.638	124.744	108%
	Itaú	42.003	38.069	39.848	45.968	44.489	53.559	50.355	50.079	49.487	48.532	50.045	57.989	61.831	100.329	106.744	107.731	121.780	121.812	118.251	282%
	Bradesco	56.291	49.825	46.423	57.902	61.699	64.481	63.401	69.796	70.716	68.155	67.971	70.924	74.022	79.784	80.151	86.187	98.780	98.652	97.413	173%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) O BACEN não disponibilizou os dados dos números de funcionários para o ano de 2014.

Como observa-se, todas as instituições apresentaram crescimento do número de funcionários, e mais uma vez os bancos públicos tiveram um crescimento

menor em relação aos bancos privados. Vale destacar o aumento repentino do número de funcionários do banco Itaú a partir do ano de 2008. Entretanto, é a partir da tabela 5 que é possível fazer algumas análises mais relevantes sobre a eficiência:

Tabela 5 – Relação entre a quantidade de funcionários e o total de agências bancárias

	Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013/1995
Nº de funcionários por agência	CEF	43	47	53	52	49	54	49	50	49	47	46	43	52	50	51	55	48	41	38	89%
	BB	36	32	29	30	29	31	29	29	30	28	27	26	27	24	25	25	25	24	23	63%
	Itaú	41	36	33	28	27	26	25	22	22	22	22	23	24	27	23	29	32	31	30	73%
	Bradesco	30	26	24	26	25	25	24	24	24	23	23	23	24	23	24	23	24	21	21	21

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) O BACEN não disponibilizou os dados dos números de funcionários para o ano de 2014.

(2) Os números foram arredondados.

Analisando somente o número bruto de funcionários ou de agências durante os últimos 20 anos, é possível verificar apenas se existe uma tendência de crescimento ou não destas variáveis. Como não há qualquer parâmetro de comparação, não se podem tirar conclusões mais significativas. Porém, a relação entre o número de funcionários por agência é mais esclarecedora, pois permite verificar que todos os bancos apresentaram ganhos de eficiência, visto que o número médio de funcionários por agência caiu entre todas as instituições. Enquanto que a Caixa Econômica Federal apresentou a queda menos acentuada (de apenas 11%), o Banco do Brasil diminuiu o número médio de funcionários por agência em 37%. E, como as tabelas 3 e 4 demonstram, isto não ocorreu através de demissões, mas sim porque os bancos conseguiram abrir novas agências contratando menos pessoas do que a média. Desta forma, esta relação consegue mostrar que, sim, os principais bancos estão sendo mais eficientes. As tabelas 6 e 7 trazem outras relações que ilustram o aumento de eficiência do setor bancário.

Tabela 6 – Relação entre depósitos totais e o número de agências bancárias por instituição

	Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014/1995
Depósitos totais (em mil R\$) por agência	CEF	21.123	25.432	33.486	33.199	32.071	32.858	34.405	35.681	39.601	42.985	46.058	49.996	69.098	80.004	86.652	97.415	112.977	111.242	109.777	123.662	585%
	BB	16.955	14.669	17.997	21.645	25.428	22.581	23.928	30.728	33.378	30.540	34.346	39.239	46.136	61.759	68.225	74.184	85.132	88.173	90.139	85.025	501%
	Itaú	9.456	11.082	15.172	12.753	13.921	13.776	14.029	17.686	16.591	19.149	22.318	24.563	31.852	59.881	43.520	57.067	65.617	63.637	72.016	80.008	846%
	Bradesco	7.861	7.832	10.819	13.276	15.434	14.171	15.778	19.127	19.038	22.812	25.784	27.823	31.764	49.453	50.098	53.473	46.952	45.281	46.760	45.554	579%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Depósitos totais em milhares de reais.

Tabela 7 – Relação entre depósitos totais e o número de funcionários por instituição

	Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013/1995
Depósitos totais (em mil R\$) por funcionário	CEF	490	539	627	637	653	605	700	719	806	916	1.002	1.157	1.328	1.593	1.689	1.779	2.357	2.723	2.863	585%
	BB	465	456	623	733	884	726	816	1.046	1.131	1.089	1.265	1.483	1.738	2.521	2.764	2.986	3.372	3.620	3.939	846%
	Itaú	230	304	463	463	523	523	565	789	757	870	1.032	1.073	1.336	2.219	1.857	1.995	2.074	2.026	2.390	1039%
	Bradesco	259	298	457	508	610	569	651	812	824	1.008	1.110	1.184	1.361	2.089	2.164	2.256	2.207	2.155	2.248	867%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) O BACEN não disponibilizou os dados dos números de funcionários para o ano de 2014.

(2) Depósitos totais em milhares de reais.

Como é possível ver nas tabelas 6 e 7, os principais bancos do país têm conseguido ser mais eficientes. No período analisado, todos os bancos aumentaram no mínimo em 5 vezes o total de depósitos bancários para cada agência. Se considerarmos que a inflação do período medida pelo índice do IPCA-E (IBGE) foi de 231%, podemos considerar que mesmo a instituição menos eficiente apresentou um resultado superior a 200%.

Da mesma forma, cada funcionário, independentemente da instituição, é “responsável” por uma quantia cada vez maior de recursos. Por exemplo, se em 1995 o banco Itaú possuía 230 mil reais em depósitos para cada funcionário, em 2013 este número saltou para 2,39 milhões de reais, um aumento nominal superior a dez vezes. Mesmo se fosse corrigido o valor de 1994 pela inflação acumulada através do índice IPCA-E (IBGE), que no período foi de 211%, obter-se-ia um valor atualizado de 716 mil reais, o que ainda resultaria em um aumento superior a três vezes. Estes números demonstram como as principais instituições do setor conseguiram ser mais eficientes durante o período analisado. Tais relações são condizentes com a explicação trazida pela HEE, pois demonstra que as maiores firmas apresentam claros ganhos de eficiência, o que explicaria o porquê delas serem as principais instituições do setor.

As tabelas 8, 9 e 10 apresentam mais algumas relações entre dados:

Tabela 8 – Relação entre receitas de prestação de serviços e o número de agências bancárias

Ano		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014/1995
Receitas de prestação de serviços (em mil R\$)	CEF	291	418	513	603	660	697	885	1.033	1.141	1.188	1.162	1.173	1.711	1.664	2.083	2.257	2.415	2.175	2.139	2.324	798%
	BB	318	459	406	453	519	564	641	721	887	904	986	1.121	1.247	898	969	994	1.035	1.063	1.151	1.268	398%
	Itaú	479	700	815	540	817	658	755	868	1.028	1.275	1.624	1.746	1.770	1.023	1.002	1.437	1.424	1.369	1.584	1.792	374%
por agência	Bradesco	279	291	348	410	419	556	550	526	607	789	976	1.023	1.150	731	820	942	708	789	862	971	348%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Receitas de prestação de serviços em milhares de reais.

(2) Os números foram arredondados.

Tabela 9 – Relação entre receitas de prestação de serviços e o número funcionários

Ano		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013/1995
Receitas de prestação de serviços (em mil R\$) por funcionário	CEF	6,8	8,9	9,6	11,6	13,5	12,8	18,0	20,8	23,2	25,3	25,3	27,1	32,9	33,1	40,6	41,2	50,4	53,2	55,8	826%
	BB	8,7	14,3	14,0	15,4	18,0	18,1	21,8	24,5	30,1	32,2	36,3	42,4	47,0	36,7	39,3	40,0	41,0	43,6	50,3	576%
	Itaú	11,7	19,2	24,9	19,6	30,7	25,0	30,4	38,7	46,9	57,9	75,1	76,3	74,2	37,9	42,8	50,2	45,0	43,6	52,6	451%
	Bradesco	9,2	11,1	14,7	15,7	16,5	22,3	22,7	22,3	26,3	34,9	42,0	43,6	49,3	30,9	35,4	39,7	33,3	37,5	41,5	450%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Receitas de prestação de serviços em milhares de reais.

(2) O BACEN não disponibilizou os dados dos números de funcionários para o ano de 2014.

Tabela 10 – Relação entre rendas de tarifas bancárias e o número de agências

Ano		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2008
Receitas com rendas de tarifas bancárias (em mil R\$) por agência	CEF	141,7	200,1	242,6	415,8	415,7	451,3	517,4	365%
	BB	317,3	357,8	439,9	621,7	631,9	606,2	627,9	198%
	Itaú	418,4	316,3	474,8	694,3	758,9	962,3	1.126,9	269%
	Bradesco	318,4	325,3	404,9	499,8	576,4	659,0	737,9	232%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Rendas de tarifas bancárias em milhares de reais.

(2) O BACEN só começou a disponibilizar estes dados a partir de 2008.

Conforme pode ser visto na tabela 8, as receitas obtidas com prestação de serviços em relação ao número total de agências não foram significativas, ficando um pouco maior do que a inflação do período. A CEF foi a única instituição que obteve um resultado mais expressivo, que pode ser explicado por ter sido a que teve o menor crescimento do número de agências e a segunda com maior crescimento

das receitas deste tipo. Já na tabela 9 os resultados são um pouco mais significativos, o que pode demonstrar certa melhora de eficiência com pessoal (pois o retorno médio de cada funcionário com receitas de prestação de serviços foi maior).

A tabela 10 traz uma comparação entre as receitas com tarifas bancárias para cada agência. Considerando que a inflação do período (2008 a 2014) medida pelo IPCA-E (IBGE) foi de 40,39%, os resultados com este tipo de receita são bastante altos, o que poderia significar uma rápida e significativa melhora da eficiência. Se forem considerados apenas os dados da CEF, cada agência retornou, em média, em um intervalo de apenas seis anos, receitas com tarifas bancárias duzentos por cento maiores (200%). Já o Itaú e o Bradesco, mesmo descontado a inflação, dobraram este tipo de receita no mesmo período.

Entretanto, o que se deve levar em conta é que se os resultados apresentados nas tabelas anteriores (de 3 a 7) só poderiam ser explicados por uma melhora na eficiência (ou ao menos não poderiam ser atribuídas a nenhum poder de mercado exercido pelos bancos), o mesmo não pode ser dito dos resultados encontrados nestas últimas três tabelas. Os ativos e depósitos da sociedade poderiam ser realocados em qualquer instituição, e pode concordar-se que os bancos concorrem de forma razoavelmente livre para tentar atrair estes recursos para si. O fato de os bancos conseguirem atrair estes recursos a taxas maiores do que o crescimento das agências ou dos números de funcionários demonstra certa eficiência. Se os clientes de determinado banco acreditassem que estavam sendo atendidos de forma pior (seja porque o número de agências fosse insuficiente, o que poderia aumentar muito as filas e o tempo de atendimento, seja porque — por qualquer que fosse o motivo — eles não considerassem o atendimento que recebia adequado) em relação ao oferecido pelas outras firmas, nada os impediria de trocar de instituição. Aliás, é exatamente esta procura dos consumidores por um melhor atendimento (seja pela maior quantidade de agências, seja pela maior flexibilidade e qualidade do atendimento) que explicaria a concentração dos depósitos bancários em poucas instituições (ou seja, naquelas que fossem mais eficientes).

Contudo, as receitas com prestações de serviços e com tarifas bancárias são de outra natureza porque são as próprias instituições que definem os valores que vão cobrar por cada serviço, ou quais serão aquelas taxas e serviços que começarão a ser cobrados e quais serão isentos. Em um mercado mais

concentrado, os clientes têm menos opções de onde deixar os seus recursos, o que possibilita o aumento do poder de mercado das principais firmas do setor, e conseqüentemente o aumentos dos preços.

Tabela 11 – Receitas com tarifas bancárias por instituição

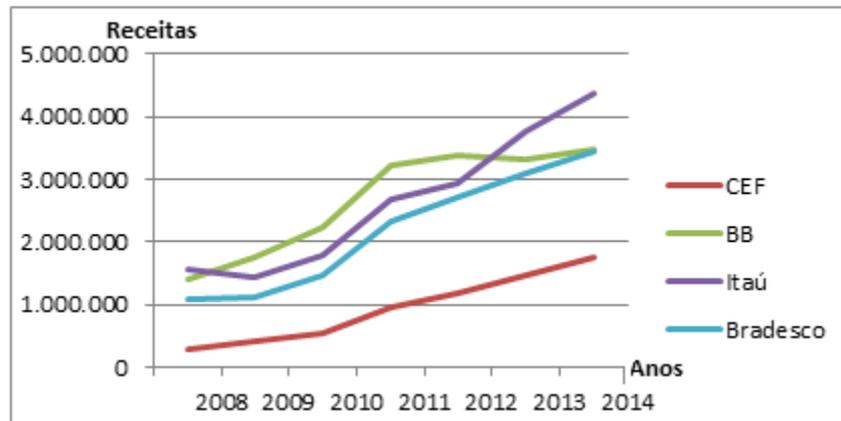
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2008
CEF	293.200	417.174	535.921	956.248	1.192.350	1.484.297	1.754.644	598%
BB	1.393.111	1.771.632	2.238.420	3.233.686	3.388.694	3.304.336	3.468.771	249%
Itaú	1.555.605	1.440.525	1.788.395	2.672.321	2.943.048	3.775.950	4.378.123	281%
Bradesco	1.073.173	1.126.325	1.472.054	2.320.517	2.706.063	3.086.901	3.442.117	321%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Rendas de tarifas bancárias em milhares de reais.

(2) O BACEN só começou a disponibilizar estes dados a partir de 2008.

Gráfico 4 - Evolução das receitas com tarifas bancárias por instituição



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Rendas de tarifas bancárias em milhares de reais.

(2) O BACEN só começou a disponibilizar estes dados a partir de 2008.

Como é possível ver na tabela 11, e de forma ainda mais fácil no gráfico 4, as receitas com tarifas bancárias cresceram significativamente durante todo o período. Mesmo quando descontada a inflação (IPCA-E) de aproximadamente 40% de 2008 a 2014, o menor crescimento (do Banco do Brasil) alcançou a marca de setenta por cento (70%) em apenas seis anos, enquanto que a CEF obteve crescimento deste tipo de receita superior a 300% no mesmo período. A tabela 12 traz uma relação entre as rendas com tarifas bancárias e o número de funcionários de cada instituição.

Tabela 12 – Relação entre renda de tarifas bancárias por funcionário

	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2008
Receitas com rendas de tarifas bancárias (em mil R\$) por funcionário	CEF	2,8	3,9	4,4	8,7	10,2	11,8	417%
	BB	13,0	14,5	17,7	24,6	25,9	26,5	204%
	Itaú	15,5	13,5	16,6	21,9	24,2	31,9	206%
	Bradesco	13,5	14,1	17,1	23,5	27,4	31,7	236%

(
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Rendas de tarifas bancárias em milhares de reais.

(2) O BACEN só começou a disponibilizar estes dados a partir de 2008.

Como fica evidente ao analisarem-se os dados apresentados na tabela 12, mesmo quando o crescimento das receitas das tarifas bancárias é corrigido pelo número total de funcionários, a relação continua significativamente crescente. Em um primeiro momento, este resultado denota certa eficiência dos bancos, pois eles estão conseguindo faturar mais com estes serviços sem precisar aumentar na mesma proporção a quantidade de agências e funcionários. Todavia, se os principais bancos estão conseguindo aumentar suas receitas com estes serviços sem aumentar na mesma relação os seus custos (número de agências e funcionários), então é presumível que o custo de cada transação seja menor.

Esta conclusão faz total sentido, principalmente quando levado em conta os resultados encontrados na “Pesquisa Febraban de tecnologia bancária 2015” (FEBRABAN, 2015), que afirma que 54% das transações financeiras (que contemplam as transferências intra e inter-bancárias, pagamentos de contas e contratações de crédito) ocorreram a partir da internet e de celulares. O mesmo estudo informa que o total de transações bancárias realizadas dentro de agências, que em 2011 representava 12% do total, em 2015 já era de apenas 8%. Até mesmo as transações nos caixas de autoatendimento (ATM), que sempre foram incentivadas pelos bancos pois dispensam a presença de um funcionário da agência, caíram de 26% para 19% no período. Ou seja, os clientes tem cada vez mais optado por realizar as suas transações de forma autônoma e virtual, reduzindo a necessidade de ir à agência e de ocupar o tempo de um funcionário, o que consequentemente poupa recursos dos bancos.

O Banco Central disponibiliza em seu site institucional as tarifas bancárias cobradas por várias instituições do SFN. Como era de se esperar, os bancos cobram

tarifas diferentes para o mesmo serviço, variando apenas se o cliente fez o mesmo por um canal digital ou no caixa da agência. Estes dados podem ser vistos na tabela 13.

Tabela 13 – Evolução das tarifas de TED e DOC segundo a sua natureza

	2014		2016		Data de Vigência
	Pessoal	Virtual	Pessoal	Virtual	
BB	14,00	7,80	15,45	8,45	29/01/2016
CEF	13,50	7,30	14,70	7,85	29/12/2015
Bradesco	13,55	7,35	15,30	8,25	01/11/2015
Itaú	13,60	7,40	16,50	9,00	01/04/2016

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) A transferência é considerada como pessoal se realizada dentro da agência através do caixa. As transações consideradas virtuais são aquelas realizadas através dos caixas eletrônicos de autoatendimento (ATM), via internet ou através do celular.

Mesmo se tratando do mesmo serviço (uma transferência de recursos entre diferentes bancos), a diferença de valores entre os dois tipos de transação é bastante significativa. Entretanto, é possível fazer duas ponderações: em primeiro lugar, considerando que a transferência por meio virtual ocorre de forma quase automática (e sem a presença ou necessidade de trabalho humano), seria lógico supor que o custo de transação dela deveria ser ainda menor do que a metade em relação à transação física (e na verdade, o custo marginal de uma transação virtual como esta é provavelmente próximo de zero). No entanto, o preço que o cliente paga é muitas vezes superior a isso; em segundo lugar, considerando novamente que o custo de uma transação financeira realizada por um canal virtual deve ser muito baixo, seria esperado que, caso o mercado bancário brasileiro fosse concorrencial, tarifas por serviços como este cairiam continuamente com o tempo. Mas, como é possível visualizar na tabela 13, todas as quatro principais firmas do setor recentemente aumentaram significativamente as suas tarifas para este serviço (e depois que a primeira instituição — o Bradesco — reajustou o seu valor, as outras três firmas demoraram menos de cinco meses para fazer o mesmo).

A tabela 14 exemplifica ainda mais claramente este comportamento. A relação que ela traz é quantos reais cada banco faturou com tarifas bancárias para cada mil reais depositados na sua instituição. Como as duas variáveis são

monetárias, os valores resultantes desta relação não precisam ser compensados por qualquer tipo de variação de inflação.

Tabela 14 – Relação entre rendas de tarifas bancárias e depósitos totais

	Ano	2.008	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2014/2008
Receitas com rendas de tarifas bancárias por cada mil reais em depósitos	CEF	1,77	2,31	2,49	3,68	3,74	4,11	4,18	236%
	BB	5,14	5,24	5,93	7,30	7,17	6,73	7,39	144%
	Itaú	6,99	7,27	8,32	10,58	11,93	13,36	14,09	202%
	Bradesco	6,44	6,49	7,57	10,64	12,73	14,09	16,20	252%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN (2016).

(1) Rendas de tarifas bancárias em real para cada mil reais em depósitos totais.

(2) O BACEN só começou a disponibilizar estes dados a partir de 2008.

Em um intervalo de apenas 6 anos, o BB conseguiu aumentar as suas receitas apenas com tarifas bancárias, para cada mil reais depositados, em 44% (ou de R\$ 5,14 para R\$ 7,39 para cada mil reais depositados). Já o banco Bradesco obteve um crescimento nesta relação de 152% (ou ainda, de R\$ 6,44 para R\$ 16,20 para cada mil reais em depósitos totais). Para resumir, os bancos estão aferindo maiores receitas com taxas e serviços bancários não apenas em números absolutos, mas também quando comparadas com o crescimento das agências, com o número de funcionários e até mesmo com o total de depósitos presentes em sua instituição. Ou seja, mesmo com o custo relativo dos bancos crescendo menos (menos agências e menos funcionários), eles estão aferindo receitas maiores com seus serviços.

A lógica da economia industrial presume que, em um mercado concorrencial, as empresas buscam transformar os seus ganhos tecnológicos em vantagens competitivas, reduzindo assim os seus preços para aumentar a sua fatia de mercado (ou ainda manter o mesmo preço e aferir lucros extraordinários). Entretanto, não só os preços não baixaram como o inverso ocorreu, com aumento de preços entre todas as principais firmas do setor. Este comportamento contraria a lógica de um mercado concorrencial e reforça que, ao menos quando se analisa a oferta de serviços, o mercado bancário brasileiro se aproxima de um oligopólio, confirmando os achados de Araújo, Neto e Ponce (2006) e Belaisch (2003).

Por último, uma importante evidência de que o mercado bancário brasileiro pode ser considerado concentrado é que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou com ressalvas a fusão dos bancos Bradesco e HSBC. Apenas para exemplificar quão complexo foi esse processo de mediação, ele durou mais de sete meses, criou 362 protocolos e 735 andamentos internos dentro do CADE (todo o processo pode ser acompanhado através do próprio site do conselho). Segundo o relator do processo no CADE, João Paulo de Resende, a compra “contribui para elevar os níveis de concentração, por exemplo, nos depósitos em conta corrente e no crédito de livre utilização por clientes” (G1, 2016). Por este motivo, a operação ficou condicionada à celebração de um Acordo em Controle de Concentrações (ACC), obrigando o banco a tomar algumas medidas: estimular que os clientes do HSBC de 106 cidades do país a transferirem suas operações de créditos para instituições diferentes as quatro principais firmas do país (BB, CEF, Itaú e Bradesco); implementar medidas de incentivo à portabilidade de crédito; proibição de compra de uma nova instituição financeira nos próximos 30 meses. Ainda segundo o relator, as medidas propostas pelo ACC tem o objetivo de conter, ainda que no curto prazo, “o avanço daquele que se tornará o terceiro maior banco comercial operando no mercado brasileiro, e emite um sinal contundente [...] sobre a preocupação da autoridade concorrencial com o grau de concentração que o setor vem adquirindo”(G1, 2016). Ou seja, o próprio CADE esboça preocupação com o grau de concentração atual do setor, e já aprovou medidas para evitar que esta tendência continue ocorrendo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro objetivo deste trabalho foi analisar a trajetória de concentração da indústria bancária brasileira nos últimos vinte anos, desde o surgimento do Plano Real e dos programas PROER e PROES. Como o trabalho mostrou, o setor apresenta uma tendência contínua de aumento da concentração em todos os índices calculados e para qualquer uma das duas variáveis analisadas (depósitos e ativos totais). Quanto a definição se o mercado bancário brasileiro se encontra mesmo concentrado, os dados interpretados segundo os parâmetros fornecidos pelo CADE e pelo *Horizontal Merger Guidelines* apresentam concentração moderada para os depósitos totais (tanto para o C_4 como para o IHH), e resultados próximos disso quando analisados os ativos. Este aumento na concentração pode ser explicado por dois motivos: a nova conjuntura econômica nos últimos 20 anos, que trouxe consigo a estabilização monetária e a abertura comercial brasileira, acarretou na diminuição em um terço no número total de instituições do setor; se isto não bastasse, as principais instituições do setor cresceram a taxas muito maiores do que seus concorrentes, e sinificativamente mais do que o próprio setor.

Um outro ponto de atenção é a aprovação da fusão dos bancos Bradesco e HSBC pelo CADE e pelo Banco Central, atualmente o quarto e o sexto maiores bancos do país, e que tende a elevar ainda mais a concentração do setor. O fato da fusão ter sido aprovada com ressalvas pelo CADE demonstra que a própria instituição de regulação concorrencial brasileira concorda que esta tendência de concentração é preocupante e pode levar a abuso de poder de mercado pelas principais instituições bancárias do país.

Um segundo objetivo do trabalho era analisar a eficiência das principais firmas do setor. A partir da análise de algumas variáveis e de suas relações, foi encontrado indícios claros de eficiência das quatro principais instituições do setor. Elas conseguem gerir mais ativos e depósitos e realizar mais transações, tudo isto utilizando menos recursos e custos (pois o crescimento relativo das agências e funcionários foi bem menor). Esta eficiência é explicada pelos ganhos de escala (visto que, por exemplo, a parte de gestão, marketing ou até mesmo a infraestrutura de informática do banco não precisa crescer sempre junto com o número de agências ou clientes), assim como os ganhos de produtividade que a internet e a automação dos processos trouxeram nas últimas duas décadas. Desta forma, estes

resultados são pertinentes com o que a HEE, que defende que as maiores instituições do setor seriam as maiores por serem mais eficientes, e que uma menor competitividade não traria desvantagens para os consumidores, mas ao contrário, permitiria custos menores e conseqüentemente maior bem-estar para os usuários.

Entretanto, também foram encontrados indícios significativos de abuso de poder de mercado quando analisado o aumento das receitas com prestação de serviços — e especialmente com as rendas com tarifas bancárias —, resultados condizentes com o projetado pelo paradigma ECP para mercados concentrados e com estrutura de oligopólio. Apesar do aumento da eficiência e da redução relativa de custos, o setor bancário brasileiro não apresenta indícios claros de competitividade, pois os preços dos serviços não baixam — e também não se encontram variações relevantes nos valores cobrados por estes serviços entre as diferentes instituições — o que seria esperado em um mercado realmente competitivo. Pelo contrário, os valores destes serviços sobem, inclusive de forma concomitante, o que evidencia a estrutura de oligopólio e, conforme o paradigma propõe, indica abuso do poder de mercado.

Desta forma, este trabalho conclui que o mercado bancário brasileiro pode ser considerado concentrado, e apesar dos indícios de aumento de eficiência dos principais bancos do país, existem evidências de que eles tem exercido poder de mercado, diminuindo assim o bem-estar dos seus usuários.

6. REFERÊNCIAS

ADELINO et al. Fusões e aquisições bancárias e a evolução da eficiência técnica dos maiores bancos privados no Brasil. In: **XXXVII Encontro Nacional de Economia**. Anais da ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Gonçalves et al. Estratégia de Fusão e Aquisição Bancária no Brasil: evidências empíricas sobre retornos. **Contextus**, v. 5, n. 2, 2007.

ARAÚJO, Luiz Alberto D.'Avila de; NETO, Paulo de Melo Jorge; PONCE, David Agustín Salazar. Competição e concentração entre os bancos brasileiros. **Revista EconomiA**, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

_____. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/jsp/index.jsp>>. Acesso em: 04 de jun. de 2016.

_____. **Informações Sobre Operações Bancárias – Tarifas Bancárias**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/TARIFA>>. Acesso em: 02 de jun. de 2016.

_____. **PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/proer.asp>>. Acesso em: 11 de jun. de 2016.

_____. **Relatório de Evolução do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN200212>>. Acesso em: 07 de set. de 2015.

BELAISCH, Agnès. **Do Brazilian Banks Compete?** IMF Working Paper, p. 1-22, May 2003. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=879189>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BIKKER, J. A.; HAAF, K. Competition, concentration and their relationship: An empirical analysis of the banking industry. **Journal of Banking & Finance**, v. 26, n. 11, p. 2191-2214, 2002.

CAMPOS, M. B. **Produtividade e eficiência do setor bancário privado brasileiro de 1994 a 1999**. 2002. 133f. Dissertação (Mestrado em Administração Contábil e Financeira) - Curso de Pós-graduação da FGV/EAESP, São Paulo. 2002.

CASTRO, H. O. Portocarrero. **As causas econômicas da concentração bancária**. Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, 1981.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE). **Guia Para Análise de Atos de Concentração Horizontal 2016 (Versão Preliminar)**. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social-1/contribuicoes-da-sociedade/arquivos/guia-de-ac-horizontal.pdf>>. Acesso em: 18 de Abril de 2016.

_____. **Processo 08700.010790/2015-41**. Disponível em: <http://sei.cade.gov.br/sei/institucional/pesquisa/processo_exibir.php?tzuQpynCIZIs_rHQcc3fMu8l2htJ1ahuckyi_C139hTv9psfIH0HGQ4B1ZeWWSGo0dbWv5CBBUqLhqY3Mg9ehFA>. Acesso em: 11 de Jun. de 2016.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; PAULO, Edilson. Relação entre concentração e rentabilidade no setor bancário brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 55, p. 5-28, 2011.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2015**. Disponível em: <https://issuu.com/revistaciab/docs/pesquisa_febraban_de_tecnologia_ban_547cac9b8acb07/1>. Acesso em: 10 de Jun. de 2016.

G1. **Cade aprova, com restrições, compra do HSBC no Brasil pelo Bradesco**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/06/cade-aprova-com-restricoes-compra-do-hsbc-no-brasil-pelo-bradesco.html>>. Acesso em: 11 de Jun. de 2016.

IMF - GROUP OF TEN. **Report on Consolidation in the Financial Sector, 2001**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/g10/2001/01/Eng/index.html>>. Acesso em: 24 de set. de 2015.

MATUTES, Carmen; VIVES, Xavier. Imperfect competition, risk taking, and regulation in banking. **European Economic Review**, v. 44, n. 1, p. 1-34, 2000.

MEIRELES, Manuel; SANCHES, Cida; DE SORDI, José Osvaldo. Proposta de indicador para medir o grau de concentração de mercados. In: **XV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais – Anais do SIMPOI**. São Paulo, 2012.

MEIRELLES, Antônio Carlos. Tamanho é documento na competição bancária. **Fórum de Líderes/Gazeta Mercantil**, v. 1, n. 1, p. 54-72, 1999.

MELLO, Juliana Pereira de. **Concentração Bancária no Brasil no Período Pós Plano Real**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MOLYNEUX, Philip. **"Does Size Matter?" Financial Restructuring Under Emu**. United Nations University, Institute for New Technologies, 2003.

MOREIRA, Patrícia de Bom Freitas. **Sistema Financeiro Nacional: Rumo à Concentração**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

NAKANE, Márcio I. A test of competition in Brazilian banking. **Banco Central do Brasil Working Paper**, n. 12, 2001.

NAKANE, Márcio I. Concorrência e spread bancário: uma revisão da evidência para o Brasil. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**: v. 4, p. 58-67, 2003.

PAULA, Luiz Fernando de; MARQUES, Maria Beatriz L. Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil. **Análise Econômica**, v. 24, n. 45, 2004.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema financeiro brasileiro reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade a crise cambial**. BNDES, 1999.

RIBARCZYK, Bruna Gabriela; DE OLIVEIRA, Júlio César. Análise da concentração bancária brasileira entre 2000-2011: o impacto da fusão do Itaú com o Unibanco. **Estudos do CEPE**, p. 5-26, 2013.

ROCHA, F. **Evolução da Concentração Bancária no Brasil: 1994/2001**. Notas Técnicas n. 11. Brasília: Banco Central do Brasil, 2001.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1982.

TONOOKA, Eduardo Kiyoshi; KOYAMA, Sérgio Mikio. **Taxa de juros e concentração bancária no Brasil**. 2003.

TROSTER, Roberto Luís. Concentração bancária. **FEBRABAN, Estudos, Textos e Ensaios**, 2004.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE AND THE FEDERAL TRADE COMMISSION. **Horizontal merger guidelines (Issued: April 2, 1992)**. Disponível em: <<http://www.justice.gov/atr/horizontal-merger-guidelines-0>>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.

_____. **Horizontal merger guidelines (Issued: August 19, 2010)**. Disponível em: <<https://www.justice.gov/atr/horizontal-merger-guidelines-08192010>>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.